

Anexo I

Declaração

[Alínea a) do nº.1 do art.º57.º]

- 1- Albino José Brazão, com B.i. nº 5611915, com o Contribuinte número 119039627, residente em Agostas Boliqueime Loulé, na qualidade de representante legal (Gerente) da firma Duarte e Brazão Lda. com sede em Bairro Social bloco nº6 1º direito apartado nº 237 Enxerim Silves e com o documento fiscal nº509541550, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público nº49/SAPR/2017 (prestação de serviços de transportes escolares 2017/2018, declara, sob compromisso de honra que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas clausulas.
- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) ...
 - b) ...
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeito a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
 - c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - f) Não foi objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do art.º 21º do decreto-lei 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nº1 do art.º 71º da lei nº189/2012, de 08 de Maio, e no nº1 do art.º 460º do presente código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº2 do art.º 562º do código do trabalho;
 - h) Não foi objeto de aplicação, há menos de 2 anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declara nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
 - i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
 - I. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº1 do art.º 2º da Ação comum nº 98/773/JAI, do concelho;
 - II. Corrupção na aceção do art.º 3º do ato do concelho de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do art.º 3º da Ação comum nº 98/742/JAI, do concelho;
 - III. Fraude, da aceção do art.º 1º da convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das comunidades europeias;
 - IV. Branqueamento de capitais, na aceção do art.º 1º da diretiva nº 91/308/CEE, do concelho de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
 - j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças de procedimento, que lhe confira vantagem, que falsei as condições normais de concorrência;
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recai e constitui contraordenação muito grave, nos termos do art.º 456º do código dos contratos públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no art.º 81º do código dos contratos públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II ao referido código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 4 desta declaração.
- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do nº anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do art.º 456º do código dos contratos públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Silves, 12 de Junho de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Albino José Brazão', written over a horizontal line.

Albino José Brazão

